

QUANDO ROMPE UMA BARRAGEM DE MINÉRIO: UMA ANÁLISE DO CONTO “REJEITO”, DE JUNIA ZAIDAN

WHEN A MINING TAILINGS DAM COLLAPSES: A READING OF THE SHORT STORY “REJEITO” BY JUNIA ZAIDAN

Ana Sophia Brioschi Santos*
Grace Alves da Paixão**

RESUMO: Propõe-se uma leitura do conto “Rejeito”, de Junia Zaidan (2022), cuja personagem central tenta reconstruir pela via ficcional o cenário do rompimento de uma barragem de rejeito de minério e a violenta repressão das comunidades atingidas ao buscarem justiça. Para tanto, valemo-nos principalmente da Ecocrítica e de estudos sobre Ecologia, sobretudo de autores como Buell (2005); Reed (2002); Acselrad, Mello e Bezerra (2009); e Klein (2014), além de outras referências atinentes ao tema. Espera-se, por meio de um exemplo detido, apresentar reflexões acerca das relações entre a literatura contemporânea brasileira produzida por mulheres e temas ligados à mineração, à justiça ambiental e ao colapso ambiental, bem como suas repercussões tanto para as comunidades vulneráveis como para formas de vida não humanas atingidas por catástrofes desse jaez, as quais são agenciadas pelo extrativismo predatório e toleradas pelo poder público. Outrossim, quer-se compreender como a literatura pode funcionar como uma esfera de contestação à desarmonia engendrada pelo ser humano ao explorar o meio ambiente de forma predatória.

PALAVRAS-CHAVE: Ecocrítica. Literatura Brasileira Contemporânea. *Guia Anônima*. Junia Zaidan.

ABSTRACT: This paper proposes a reading of the short story “Rejeito” by Junia Zaidan, whose main character attempts to reconstruct, through fiction, the scenario of a mining tailings dam collapse and the violent repression faced by the affected communities in their pursuit of justice. To that end, we rely primarily on Ecocriticism and ecological studies, especially works by Buell (2005); Reed (2002); Acselrad, Mello e Bezerra (2009); and Klein (2014), among other relevant references. Through a close reading, we aim to reflect on the intersections of contemporary Brazilian literature written by women and themes related to mining, environmental justice and ecological collapse, as well as their repercussions for both vulnerable communities and nonhuman life forms impacted by such catastrophes, which are engineered by predatory extractivism and enabled by the state. Furthermore, we seek to understand how literature can serve as a sphere of resistance to the disharmony produced by the human exploitation of the environment in predatory ways.

KEYWORDS: Ecocriticism. Contemporary Brazilian Literature. *Guia Anônima*. Junia Zaidan.

* Graduada em Letras/português pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq.

** Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo, com pós-doutoramento em Estudos Literários pela Universidade Federal do Espírito Santo, onde é Professora Associada.

Introdução

Em 2018, o vazamento em uma barragem de rejeitos da mineradora Hydro Alunorte agravou a contaminação dos rios de Barcarena (PA), os quais foram tomados por elementos como chumbo, cromo, arsênio e mercúrio. Um ano após o crime ambiental, os acordos judiciais e a recuperação ambiental não haviam ainda sido eficazes nem em relação à reparação econômica para as pessoas atingidas, nem em relação à restauração ecológica (Witzel, 2019).

Em “Rejeito”, conto lançado no livro *Guia Anônima*, Junia Zaidan (2022) cria uma narrativa cujo cenário é aquela região e cujo lapso temporal contempla o antes e depois da contaminação do rio Murucupi. Nele, o leitor depara-se com a violência praticada contra aqueles que contestam a exploração econômica da região, contada por uma narradora que acompanha a tentativa frustrada de escrever um conto, ensaiada por uma das mulheres que viviam na região e que guarda uma memória do que se passou.

Na trama, somos apresentados a esta mulher que passara por toda a assolação e agora tenta contar a história na forma de conto, mas fracassa. Além de ser afetada pela ruína do ambiente, ela torna-se viúva depois do assassinato de Paulo, seu companheiro, que lutava por reparação. Ao “abrigar-se na ficção”, ela procura transformar algumas das vítimas em personagens e traduzir na experiência literária a injustiça da morte de pessoas e ecossistemas. Contudo, o projeto falha, uma vez que o ato de narrar lhe traz de volta toda a dor de um trauma não processado.

Acreditamos que “Rejeito”, pelo teor e pelo contexto apresentados, possa ser analisado à luz da Ecocrítica, no sentido de propor um diálogo sobre as relações entre o objeto literário e temas que atravessam diferentes tempos históricos e espaços culturais, naturais e geográficos, tais como: violências contra a natureza e formas de vida não humanas e contra minorias, a situação das mulheres em contextos opressores e modos de resistência. Trata-se de temas que remetem a novas formas de se relacionar com o planeta, no sentido de

resgatar saberes e valores ancestrais para estabelecer formas de vida possíveis para o futuro da existência na Terra.

Ao traçar um panorama histórico da Ecocrítica, Buell (2005) salienta que esta passou a considerar não apenas narrativas centradas na natureza, mas também aquelas com foco nos ambientes urbano e rural, na justiça ambiental e na preservação dos recursos naturais. Além disso, enfatiza que a concepção de meio ambiente passou por transformações para contemplar também os ambientes urbanos e construídos pelos seres humanos. Desse modo, passou-se a compreender que paisagens urbanas e quaisquer paisagens que são alvo de degradação mereciam destaque.

Assim, ao colocar em cena o relato (ou pelo menos o esforço de se fazer um relato) de uma mulher que passou pela destruição ambiental de um rompimento de barragem de rejeitos de minério e pelas violências sofridas posteriormente, ao perder o esposo que lutava por justiça, Junia Zaidan ficcionaliza a deterioração ambiental promovida pela exploração desmedida dos recursos naturais, de injustiça, de vulnerabilidade ambiental e social. A narrativa sensibiliza-nos e convida-nos a refletir sobre a forma como o sistema econômico tem promovido a destruição de vidas, inclusive a humana.

Organizamos a presente incursão no texto de Zaidan em sete tópicos distintos, com vistas a perscrutar temas que atravessam a narrativa, tais como: invisibilização, violência, impunidade, destruição e impacto ambiental, o mal, justiça ambiental, desigualdade, marginalização, zonas de sacrifício, mineração e extrativismo predatório e silenciamento. Além disso, aponta-se para a metalinguagem e para a potência do ato de narrar.

Um “drama anônimo e dilacerante”: invisibilização, violência e impunidade

Em quase todos os contos de *Guia Anônima*, nem as personagens principais — em geral mulheres no enfrentamento de problemas decorrentes da condição sócio-econômica e de gênero — e nem as personagens secundárias têm seus nomes expostos. Isto é, temos acesso à parte de suas trajetórias de vida, mas não aos nomes, elementos importantes na expressão cada um. É como se no

anonimato dessas figuras coubessem experiências plurais de um espectro de pessoas reais que vivem conjunturas próximas àquelas vividas pelos seres da ficção.

Por isso, a princípio, não chama atenção que a personagem principal de “Rejeito” – a mulher que tenta escrever um conto para imortalizar a história vivida – bem como outros agentes da trama não tenham seus nomes revelados. É o caso das crianças que brincavam no rio Murucupi antes da poluição, da menina e do moço que ali flertavam, de coletividades atingidas pela contaminação das águas, como “os companheiros da Associação”, os “ribeirinhos quilombolas e indígenas” e o “povo barcarenense”.

Nesse caso, o anonimato dos indivíduos vitimados pela morte do Murucupi remete à invisibilização dos grupos minoritários, cujas vidas parecem pouco importar aos interesses do Estado aliados aos interesses do Capital. A invisibilização se dá, por exemplo, quando tais grupos têm suas vidas colocadas em risco, no ato da instalação de uma mineradora na região. Apesar de haver uma legislação ambiental a ser seguida, há potencial risco de falhas que causem destruição. A invisibilização se dá também quando esses mesmos anônimos, povos da floresta, recorrem às “autoridades” em busca de justiça e não obtêm respostas.

Aliás, o termo “autoridades”, no conto, evoca outro tipo de anonimato, qual seja: o anonimato dos agentes responsáveis pelo crime ambiental, sejam eles membros do poder público ou do setor privado. Em determinado momento, ouve-se um lamento de uma moradora: “Eles prometeram melhorar a vida da gente aqui”. Os termos “autoridades” e “eles” apontam para um grupo mais ou menos difuso que inferimos ser formado pelos responsáveis pela vinda da mineradora. Nesse caso, o anonimato alude à impunidade. É como se os criminosos, ao não terem nomes ou cargos desvelados, também não tivessem rostos e, assim, pudessem ignorar os pedidos de ajuda e serem isentos de condenação.

Igualmente sem nome e rosto são os assassinos de Paulo. Os agentes da catástrofe tentam silenciar quaisquer insurgências, fazendo uso de denúncias, ameaças, coações e morte. Ouvimos o motor do veículo que traz os matadores e escutamos os tiros que atravessam seu corpo. Porém, seus rostos estão nas sombras da escuridão da noite. Não está posto na narrativa quem são, nem a mando de quem atiraram. Mas inferem-se os mandantes, dado o contexto da trama e o contexto brasileiro no tocante aos perigos para ambientalistas, haja vista a história de pessoas como Chico Mendes e a irmã Dorothy Stang.

Segundo a ONG Global Witness, o Brasil é o segundo país do mundo mais letal para ambientalistas (Galvão, 2023), o que é trazido para o conto, por meio da execução de Paulo, na calada da noite. Ao mencionar esse personagem, vale uma reflexão sobre algo significativo em “Rejeito”, ou seja, o fato de que apenas três personagens ganham nome: Paulo, Dona Maria do Socorro e Dona Salestiana. Ao dar-lhes nomes, a autora lança um foco de luz sobre essas vítimas, no sentido de lembrar que a vida de cada um desses anônimos – “junto de mil e uma outras [histórias]” – é digna de memória. Isso confere ao conto uma carga maior de dramaticidade.

O nome Paulo deriva do latim (*Paulus*), que significa “pequeno”. Do ponto de vista geopolítico global e neoliberal, estamos diante de um cidadão cujo valor de sua existência pode ser minorizado pelos detentores do poder, afinal, trata-se do que parece ser um ribeirinho, de vida simples, que vive do extrativismo e do cultivo de subsistência (o pescado, a laranja e a mandioca). Em desobediência ao significado de seu nome e à sua condição social, no entanto, Paulo ousa afrontar algo bem maior do que ele, isto é, a maior mineradora do mundo e todo um sistema jurídico-político feito para proteger os interesses do Capital Internacional.

Dona Maria do Socorro, por sua vez, é a mulher cujos olhos têm cantos tristes, corpo arqueado em sinal do desalento causado “pelo vermelho denso e tóxico” da lama que invade o rio. A conexão dela com a natureza se dá tanto pela tristeza de quem não pode mais lavar-se no igarapé, quanto pelos pés descalços: a terra reconhece o toque do seu caminhar. O grito de socorro ecoa

no nome dessa personagem. Ironicamente, o socorro não chega e a população local é abandonada à própria sorte, “mendigando vagas de emprego nas portas das fábricas onde antes havia laranjais”.

Irônico, da mesma forma, é o fato de Dona Salestiana ter sido “intimidada por telefone depois da entrevista dada sobre a água de lama”, porque seu nome remete a Francisco de Sales, o santo padroeiro dos jornalistas e da comunicação, que ficou conhecido como alguém que buscara a verdade e combatera falsas notícias. Assim, das entrelinhas do conto, emerge uma mensagem atroz: não há transcendência capaz de auxiliar as pessoas nesse “drama anônimo e dilacerante”.

Uma história da gente dali “junto a mil e tantas outras”: vidas não humanas, destruição e impacto ambiental

Embora “Rejeito” esteja focado na vida da gente que mora na região, afetada pela catástrofe ambiental provocada pela ação (ou omissão) humana, a Ecocrítica nos convida a ampliar o olhar e abarcar também as vidas não humanas que habitavam o Murucupi e suas margens. Assim, somos levados a considerar que a poluição do rio tem um impacto sem precedentes em todo o bioma, ao provocar a morte de uma incalculável gama de espécimes que viviam em equilíbrio naquele ambiente.

Na cena inicial, ao lado da família a banhar-se nas águas, por exemplo, observamos uma soma de animais que conviviam no mesmo espaço e que são tão vítimas da tragédia quanto os humanos que ali viviam, tais como: o cachorro, o gambá, a paca, o carapanã e os peixes. Por meio deles, somos remetidos à existência de inúmeros animais e plantas mortos pela ação da mineradora. Trata-se de vidas perdidas e, portanto, um dano irreparável para o ecossistema.

Ao usar a expressão “morte do Murucupi”, assume-se que o rio era um organismo vivo que abrigava os seres aquáticos e provia o sustento dos seres terrestres. Sua morte implica uma reação em cadeia, porque quebra o principal recurso de coexistência possível, inclusive contaminando o solo das margens e

vazantes. Isto é, dentre as “mil e tantas outras” histórias representadas por Paulo, Maria do Socorro e Dona Salestiana, também devem ser incluídas as vidas não humanas.

Do ponto de vista da construção da narrativa, os animais evocados não fazem parte dos personagens da trama. Ao que parece, estão muito mais inseridos como elementos de um cenário, onde o ser humano é o agente e o drama que salta à vista é o drama humano. Diante dessa constatação, vale a leitura de um texto como “O que critica a ecocrítica? O humano, o não-humano e o sujeito ambiental”, de Jonatas Aparecido Guimarães (2024), em que o autor situa historicamente a construção do antropocentrismo.

Segundo Guimarães (2024), a literatura brasileira do século XX é marcada por obras que desestabilizam a noção moderna (construída desde o Renascimento) de um ser humano apartado do ambiente, isto é, de um sujeito que está em contraposição à natureza, que a objetifica e a subjuga. Para tanto, ele cita, dentre outros exemplos, o desmonte humano de G.H., personagem de Clarice Lispector, na cena em que devora uma barata encontrada no quarto da empregada.

Não nos parece que seja o caso de “Rejeito”. É certo que se evoca uma relação mais harmônica da vida dos ribeirinhos com a natureza e uma relação de co-dependência não agressiva. Contudo, tais categorias (homem, fauna, flora, reino mineral) não se misturam, apenas coexistem. Homens vivem na natureza e precisam dela para sobreviver (o uso do termo “pescado” é significativo dessa relação). cremos que essa seja a maior mensagem a ser extraída do conto, da perspectiva de um olhar da Ecocrítica.

Esse olhar leva-nos a refletir, com aporte em Jason W. Moore (2015), a respeito do antropocentrismo como um pilar ideológico do Capitalismo, uma vez que a concepção de natureza como algo externo ao homem e disponível para sua apropriação instaura uma falsa distinção entre natureza e sociedade, a qual opera como justificativa para a exploração dos recursos naturais, à medida que o ser humano parece figurar acima das demais espécies.

O resultado dessa forma de enxergar a relação do humano com o mundo é o exaurimento de ecossistemas em prol da expansão do lucro, o que coloca em risco espécies e biomas, inclusive a própria humanidade – embora de forma desigual, conforme discutido por Acselrad (2009). No conto de Junia Zaidan, ao aludir a “mil e tantas outras [histórias]”, o narrador pensa nas histórias das pessoas atingidas. Um crítico afinado com as discussões da Ecocrítica ou um leitor sensível às questões ambientais, por sua vez, não deixa de englobar nisso as histórias não humanas afetadas. Em última instância, é a história do próprio planeta que está em jogo.

“Prender-se nas malhas do conto. Abrigar-se na ficção”: metalinguagem, memória e (im)potências da narrativa

Um aspecto relevante na estruturação de “Rejeito” está em seu caráter metalinguístico, à medida em que um narrador onisciente descreve o processo criativo da personagem principal, a qual procura escrever uma história ficcional com base em sua experiência traumática. Na história contada, ela estabelece um contraponto entre o modo de vida harmônico com o rio Murucupi antes do rompimento da barragem de minério e o caos produzido pelo derramamento da “mancha nessa cena”, ou seja, o vazamento de substâncias tóxicas:

A mulher dedica-se a narrar a mancha nessa cena: busca, sem êxito, o artifício para interromper o enlevo que se dissipará anos adiante. Fracassa nesse raconto penoso de ribeirinhos a ignorar o abeirar-se do caos; o avizinhar-se dos rejeitos de uma barragem rompida tingindo o Murucupi e seus incontáveis igarapés de uma lama tóxica (Zaidan, 2022, p. 64).

Seu trabalho, entretanto, é permeado pelo sofrimento de ter ela mesma testemunhado a tragédia e, ao recorrer à memória para contá-la, o choro e a sensação de impotência a invadem. Como uma “chaga aberta”, vem-lhe a lembrança das desgraças que se deram, em especial a de Paulo, seu companheiro assassinado em decorrência do papel de militância que assumiu em face dos agentes da catástrofe. Sendo uma das pessoas afetadas pelos acontecimentos, não há distanciamento emocional entre o fato vivido e o fato relatado, ainda que se trate de uma criação literária o seu propósito:

Mas falta-lhe o desprendimento comum ao contador que não a viveu. Um não importar-se próprio de quem se sabe de fora. Mas Paulo estava lá. Aquela bala era pra ele. A história também era dela, dos ribeirinhos quilombolas e indígenas, do povo barcarenense. Esse grande dentro que sempre foram juntos (Zaidan, 2022, p. 65).

A escrita lhe parece um dever imperativo para quem guarda uma memória que “rejeita qualquer gesto que não seja a escavação desassossegada para trazê-la à existência” e a assombra como um “fóssil com feições de história que reclama narração”. Ao mesmo tempo, titubeia quanto à serventia do ofício de escrever (“Talvez isso de escrever não preste mesmo”, afirma) e paralisa diante do horror: “Não quer narrar os olhos de cantos tristes de Dona Maria do Socorro chegando do Burajuba em desalento pelo vermelho denso e tóxico que lhe impediu o banho no igarapezinho” e “Não contar o desespero de sua gente simples e alegre ante a violência que seus modos de vida jamais infligiram ao Murucupi”.

Uma força motriz de sua escrita está na dimensão coletiva daquela história, que não pertence somente a ela, mas a um grupo:

Pausa e escreve sobre a denúncia e ameaças anônimas que se seguiram; o pedido de proteção nunca atendido pelas autoridades; as reuniões com as comunidades quilombolas e indígenas; Dona Salestiana sendo intimidada por telefone depois da entrevista (Zaidan, 2022, p. 66).

Nesse aspecto, somos remetidos às reflexões de Walter Benjamin (1987) sobre o ato de narrar, uma vez que o filósofo atribuiu ao narrador – em oposição ao romancista, cuja produção daria-se de modo apartado do social – a aptidão de assimilar a experiência dos outros. Enquanto o romance corresponderia a uma busca por reflexões individuais, a narrativa traduziria a partilha de experiências. Benjamin (1987, p. 214) identifica que o grande narrador “tem sempre suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais”, o que reforça o caráter coletivo e comunicável da narrativa.

No conto de Junia Zaidan, a personagem central é uma mulher do povo que assimila experiências comuns e ensaia escrever uma história que resgata uma vivência coletiva. Contudo, o ensaio sucumbe, porque o sentimento de dever e o senso de coletividade não parecem suficientes para superar a angústia

(“Reconstrói os fatos, puxa da memória, mas só faz chorar”). Ela esbarra no pranto incessante e em lembranças que não se deixam narrar:

A mente presa no paraíso fossilizado em sua lembrança recusa-se a tecer os fios da prosa, a chaga aberta à espera de seu texto. Não quer narrar os olhos de cantos tristes de Dona Maria do Socorro chegando do Burajuba em desalento pelo vermelho denso e tóxico que lhe impediu o banho no igarapezinho (Zaidan, 2022, p. 65).

Seu desejo é “prender-se nas malhas do conto”, “abrigar-se na ficção” e “travestir as vítimas de personagens”, isto é, tornar a escrita um espaço seguro para a recriação de memórias, porém, ela não completa o texto. Reconhece o projeto ficcional como uma “prosa que fracassou em tecer” e cessa a redação, ao reconhecer que o conto não seria capaz de traduzir o horror do assassinato de Paulo, nem o choque brutal da contaminação.

Mais uma vez, somos levados às palavras de Benjamin (1987) sobre o declínio da capacidade de narrar, típico da nossa era, que já não consegue transformar experiências coletivas em sabedoria ancestral acumulada e passada de geração em geração. Suas ideias apontam a importância da memória para o ato de narrar e, por isso, instigam-nos a tentar compreender o malogro da personagem ao escrever, que se manifesta ao recorrer às lembranças.

Se, para o autor, a arte de narrar constrói-se a partir das experiências de vida, inclusive daquelas alheias a quem escreve, se os grandes narradores percorrem suas vivências e são capazes até mesmo de recorrer ao “mais profundo choque da experiência individual, a morte”, sem que isso importe em “escândalo” ou “impedimento” (Benjamin, 1987, p. 215), se o acesso às próprias memórias, individuais e coletivas, favorece a composição de narrativas, então, como compreender uma mulher do povo, que viveu tudo o que viveu, não conseguir narrar sua experiência?

Em “Rejeito”, os desdobramentos psíquicos decorrentes do fato ter presenciado o assassinato do companheiro, além de ter testemunhado as injustiças vivenciadas em Barcarena após o vazamento tóxico, provocaram a dificuldade da parte da protagonista em acessar memórias relacionadas aos fatos — tamanha a sua tristeza e emoção — o que resultou na interrupção da narração.

Projetada como local de abrigo, a ficção foi, ao final, reconhecida por ela como insuficiente para traduzir a dor da violência e do trauma, além de incapaz de garantir alguma sobrevivência, ainda que por meio da memória, aos entes perdidos.

O “vermelho denso e tóxico” no “paraíso verde”: mal, queda e culpa

“Rejeito” pode ser dividido em dois tempos: um antes idealizado como um “paraíso verde” em que uma família de ribeirinhos vive junto ao rio Murucupi uma vida simples imbricada com suas águas e com as matas da região; e um agora marcado pela desgraça trazida junto com a mancha tóxica da lama da barragem que rompeu e invadiu os rios, corrompeu a pureza do ambiente, trouxe a morte das variadas formas de vida e o assassinato de Paulo, que ousou denunciar a ação criminosa da mineradora.

O vocabulário utilizado pela autora (paraíso e mancha) remete a toda uma ideologia judaico-cristã, cuja mitologia de criação narra uma primeira forma humana a viver integrada à natureza, em estado de inocência, em um jardim onde a natureza supre todas as necessidades (paraíso), porém, ao deixarem-se influenciar pelo Mal, foram expulsos do paraíso e passaram a carregar a mácula (mancha) do pecado de geração em geração: é o que se costuma chamar de pecado original.

No conto de Junia Zaidan, Adão e Eva transmutam-se em uma família simples que vive às margens do Murucupi e o Mal não está simbolizado por uma serpente, mas por uma grande mineradora estrangeira que macula a natureza e as vidas que são co-dependentes do rio destruído. O artifício do engodo é o mesmo tanto no *Gênesis* como aqui, isto é, enquanto no mito a serpente convence de que comer do fruto proibido trará conhecimentos que eles antes não tinham, em “Rejeito” a mineradora os convence de que a vinda da mineração iria proporcionar melhores condições de vida. Nas duas narrativas, o Mal aproveita-se da ingenuidade humana para trazer a destruição.

No mito, o casal culpado é expulso do Éden. No conto, a culpa não está na população que vive às margens do rio e o próprio paraíso é assolado, transformando-se numa espécie de inferno (termo que não está no texto de

Zaidan, mas pode ser tomado de empréstimo do mesmo campo semântico empregado). Depois da quebra da barragem, vem o “abeirar-se do caos”: o “paraíso verde” – “verde refúgio” – torna-se apenas um “paraíso fossilizado” na memória dessa mulher viúva, injustiçada, que perde a vida que tinha e nem mesmo consegue narrar o que se passou, tamanha é a dor. O que se instaura é o caos.

Ainda sobre reminiscências do mito da criação narrado no *Gênesis* perceptíveis em “Rejeito”, pode-se observar a relação do ser humano com outras formas de vida. Carol A. Newsom (2000) argumenta que, no excerto bíblico, o ser humano é criado em harmonia com a floresta e os demais animais, com a intenção de que preservasse a natureza e convivesse com as demais espécies numa relação de cuidado. Contudo, o pecado cometido por Adão e Eva e as punições divinas teriam rompido o estado de equilíbrio vivenciado no Éden.

Instaura-se, a partir da expulsão do paraíso, o que pode ser lido como uma relação de desconfiança entre humanos e não humanos (Newsom, 2000). No mito, o Mal assume a forma de uma serpente – talvez por presumir que o ser humano confiaria na palavra de outros animais, dada a harmonia entre eles até aquele momento – e os dois habitantes do paraíso cedem à tentação da desobediência. A partir disso, a atitude humana rende punições ao casal e também à cobra, cuja maldição foi viver a rastejar, tornar-se para sempre inimiga dos humanos e inferior às demais espécies.

Após comunicar as punições de Adão e Eva, Deus lhes dá roupas feitas de pele animal e afirma que, ao conhecerem o bem o mal, ambos aproximaram-se do divino. Se antes “falávamos com os animais, daqui em diante, vamos usá-los” (Newsom, 2000, p. 71). Se antes vivíamos em comunhão com a natureza, agora fomos alienados dela e nos tornamos nosso próprio deus. Estaria aí, então, para Newsom (2000), um giro da perspectiva humana em direção ao antropocentrismo.

Na trama construída por Junia Zaidan, é a ação de certos segmentos humanos – motivados pelo dinheiro – que acarreta injustiças e revela o rompimento do

estado de harmonia inicial (vista no início de “Rejeito” e no início do *Gênesis*), ou seja, revela-se o desequilíbrio na relação do ser humano com a natureza. A ação devastadora é consequência direta da visão antropocêntrica, pois despreza as demais formas de vida, ao lhes sobrepôr o valor do enriquecimento de uma minoria que forma a elite do sistema capitalista.

O tema da queda, tradicionalmente explorado no campo da Literatura e outras artes, é visível em “Rejeito”. Nesse aspecto, além da lembrança do *Gênesis*, o conto faz lembrar *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015). Na obra, Kopenawa apresenta um relato autobiográfico e reflexivo sobre a chegada do não indígena ao território pertencente aos povos originários, movido por interesses econômicos e uma sanha predatória que ameaça a vida na floresta.

Depreende-se que, para os povos autóctones, a queda deu-se quando o homem branco levou violência, destruição da natureza e doenças. O contraste entre duas visões de mundo é drástica: enquanto os yanomami veem o Planeta Terra como algo sagrado e vivo, os invasores exploram-no como fonte de recursos não apenas para a subsistência, mas para o enriquecimento.

Tanto na obra de Davi Kopenawa, quanto no conto de Junia Zaidan, observa-se uma crítica ao progresso material, o qual representa o verdadeiro Mal que instaura a desarmonia e coloca em risco a vida.

“Desgraçados”: (In)justiça ambiental, desigualdade e marginalização

Desde a denominada “segunda onda” da Ecocrítica, publicações que se voltam para o tema da justiça ambiental têm emergido, sobretudo nos Estados Unidos (Buell, 2005, p. 22)¹. Rebecca Ballard (2023) aponta que este tema articula-se enquanto perspectiva filosófica crítica ao antropocentrismo e ao pensamento

¹ Algumas publicações que abrangem essa temática foram reunidas por Junquera (2010): *Environmental Justice Reader* (2002), de Joni Adamson, Mei Mei Evans e Rachel Stein; *American Indian Literature, Environmental Justice and Ecocriticism* (2001), de Joni Adamson; *New Perspectives on Environmental Justice. Gender Sexuality and Activism* (2004), de Rachel Stein; e *Converging Stories. Race, Ecology and Environmental Justice in American Literature* (2005), de Jeffrey Myers.

ambiental ocidental, ao voltar-se para modos de viver indígenas e não ocidentais. Em específico quanto à pesquisa no campo da Literatura, Ballard enfatiza a revisão do cânone, em busca de identificar motes ambientais em obras não originalmente relacionadas à temática.

No século XXI, em que se agrava a crise climática e mais espécies tornam-se vulneráveis por consequência de danos ambientais, amplia-se a presença de tais temáticas e perspectivas na literatura. Nesse contexto, a Ecocrítica conectada à justiça ambiental tem buscado fornecer bases interpretativas para analisar implicações do engajamento dos textos com noções que focam ou tangenciam assuntos afins (Ballard, 2023).

Uma compreensão inicial dos movimentos sociais que reivindicam justiça ambiental pode ser lida em Acsehrad, Mello e Bezerra (2009). Para os autores, essa tendência, dentre outras contribuições, denuncia a apropriação desigual do meio ambiente, ao discutir a assimetria no acesso aos recursos ambientais entre ricos e pobres, no que tange à produção e ao consumo. Quanto à produção, a assimetria está na troca de atividades tradicionais (pesca artesanal, extrativismo, agricultura em menor escala) por empreendimentos privados (monoculturas, barragens, mineração), com efeitos nocivos para o ambiente.

Somado a isso, há distribuição desigual de riscos ambientais entre as diferentes classes sociais e grupos étnicos, uma vez que:

os impactos dos acidentes ambientais estão desigualmente distribuídos por raça e por renda: áreas de concentração de minorias raciais têm uma probabilidade desproporcionalmente maior de sofrer com riscos e acidentes ambientais (Acsehrad, Mello e Bezerra, 2009, p. 18).

Isto é, a degradação ambiental não atinge todos os grupos sociais de modo uniforme, pois a maior parte dos riscos é suportada pelos grupos marginalizados, o que causa injustiças sociais.

Em “Rejeito”, há uma sobreposição de injustiças, a começar pela discrepância na correlação de forças entre a empresa cuja ação atingiu o rio Murucupi e

vitimou o povo local, descrita como a “maior mineradora do mundo”, e os ribeirinhos que tentam se articular em uma associação para fazer frente aos estragos que impactam suas vidas. De um lado da balança, está a má-fé da empresa ao enganar os moradores locais prometendo-lhes melhorias, mesmo sabendo que “peixe e bauxita não combinam”. Do outro lado, a gente simples e ingênua a acreditar que a implementação da mineradora iria trazer benefícios.

Há, ainda, a injustiça da impunidade, uma vez que o conto não mostra a empresa sendo responsabilizada pelo crime ambiental ou obrigada a tomar medidas de reparação para minimizar os danos. Ao contrário, sugere-se que a mineradora atue à revelia da lei para coibir quaisquer iniciativas que possam causar sanções ou impedimentos ao seu funcionamento. A voz de Paulo, que parece se erguer como uma liderança comunitária a conscientizar a população sobre a barbárie e encorajar um levante para o enfrentamento, é silenciada em sua morte, na calada da noite.

Para além da assimetria de poder em relação à mineradora e da violência imposta, essas pessoas passam a enfrentar a inviabilidade de seus modos de vida, o que também evidencia a injustiça no contexto. Diante do cenário de poluição e devastação da natureza, no qual é impossibilitada a coleta do “peixe do dia” e o plantio na terra antes “limpa e fértil”, onde cultivavam “mandioca que suas mãos convertem na farinha de seu sustento”, a população passa a enfileirar-se nas portas das fábricas da região à procura de trabalho. Dessa forma, observa-se que a escassez a eles infligida obriga-os a abandonar seu modo de vida e a enfrentar o desemprego.

As injustiças criadas pelo vazamento tóxico culminaram no aprofundamento das desigualdades na região. A comunidade suportou os riscos e danos decorrentes da presença da empresa e, ao ser despossuída da terra e ter sua subsistência inviabilizada, não foi protegida pelo poder público. Interditada a sua forma de vida e negado o acesso à justiça efetiva, difundiu-se a sua história no “curso tóxico do Murucupi e seus mananciais”, com a deterioração daquilo que um dia foram.

“Eles prometeram melhorar a vida da gente daqui”: mineração, extrativismo predatório e a catástrofe engendrada

Em toda a história do Brasil, é possível observar que o extrativismo promovido pelo colonialismo sustentava-se pela compreensão do mundo como “uma fronteira de conquista - ao invés de uma casa” em que várias formas de vida habitavam em um sistema de codependência (Klein, 2014, p. 149, tradução nossa). O sistema colonial foi calcado em um sistema econômico baseado na acumulação de riquezas por meio da hiperexploração da natureza e da mão de obra humana barata ou escravizada.

O mundo era visto como um manancial de recursos, como se fosse possível expandir sem limitações. Hoje, políticas extrativistas ainda são perpetuadas e mantêm-se a extração de recursos finitos sob a filosofia da conquista.

Como “colônia de exploração”, o extrativismo e seus resultados da devastação da natureza atravessam toda a construção do nosso país, haja vista todos os ciclos extrativistas desde a retirada do pau-brasil até produtos como a borracha, dentre outros milhares de elementos naturais que poderíamos citar. A mineração, em especial, marca nossa história, de modo que seria impossível pensar em nossa formação linguística, territorial e cultural, sem mencionar a obsessiva busca pelo ouro desde o século XVII, por exemplo.

Segundo Gonçalves (2016), até os dias atuais, toda a América Latina carrega a herança desse passado, de modo que se trata de uma das principais regiões exportadoras dos *commodities*, cuja exploração ocorre por meio de empresas mineradoras transnacionais. As consequências para os territórios são: a drenagem de recursos da natureza e o aumento da exploração da terra e dos trabalhadores. Os efeitos socioespaciais da mineração residem na expulsão de populações de suas terras, na perda da biodiversidade, na deterioração dos recursos hídricos e em conflitos socioambientais. Nesse contexto, aprofundam-se as desigualdades e a injustiça ambiental (Aráoz, 2009).

O ocorrido no município de Barcarena (PA), território localizado na parte oriental da Amazônia brasileira, em que o extrativismo mineral praticado por

empresas transnacionais culminou no vazamento de elementos tóxicos nos rios da região em 2018, sobretudo no rio Murucupi, configura-se como um dos vários exemplos de catástrofes ambientais provocadas pelo ser humano sucedidas em solo brasileiro nos últimos anos, todos localizados em áreas onde a mineração é efetuada em larga escala.

A fala de Dona Maria do Socorro, “Eles prometeram melhorar a vida da gente daqui”, reflete uma ideia que atravessa toda a história da mineração no Brasil, isto é, a perspectiva positiva. A ideia de gerar riquezas e atrair o progresso é tentadora em um país colonizado que tem na metrópole europeia o modelo de civilização ideal. No conto, infere-se que, para tornar palatável à população local a instalação de uma grande mineradora, houve promessas de que a vida seria melhor. Contudo, não foi o que ocorreu de fato.

No conto, assim como na vida real da historiografia brasileira, os maiores (senão únicos) beneficiados pelo extrativismo são os estrangeiros que vêm explorar as riquezas naturais (sejam os primeiros colonizadores que tomaram posse das terras, sejam os novos colonizadores do atual contexto neoliberal). No Brasil-colônia, a extração era monopolizada pelo reino português, que tomou posse das terras. No Brasil pós-independência, a dilapidação fica a cargo das multinacionais.

“Rejeito”: zonas de sacrifício, exclusão social e conflito

Um dos conceitos ligados à noção de justiça ambiental é o conceito de “zonas de sacrifício”, as quais são criadas no contexto do extrativismo. Trata-se de lugares entendidos como dispensáveis por aqueles que exploram a natureza de maneira predatória. Ao determinar que há espaços dispensáveis, que podem ser sacrificados, são estabelecidas zonas passíveis de “envenenamento, drenagem e destruição, em nome do suposto bem maior do progresso econômico” (Klein, 2014, p. 148, tradução nossa).

Um ponto importante é que a escolha desses locais não é aleatória, pois considera “características socioeconômicas e raciais da população” (Acselrad,

2009, p. 109). Ou seja, o racismo e a distinção de classe estão imbricados no conceito de zonas de sacrifício. Essa interligação é elucidada por Klein (2014), ao defender que essas regiões compartilham alguns elementos comuns, como o fato de se situarem em áreas de pouca organização política popular, além de ser racial, cultural e socioeconomicamente marginalizada.

Somado a isso, tais zonas surgem onde são instalados grandes empreendimentos, cuja atividade econômica gera riscos e cria conflitos ambientais relacionados à posse da terra, ao acesso a recursos e à busca por reparação de danos ambientais (Viégas, 2006).

Barcarena (PA), cenário do conto de Junia Zaidan, foi transformada em zona de sacrifício pelo vazamento de poluentes causado pela empresa Hydro Alunorte em 2018 e também pela ação das corporações integrantes do Distrito Industrial de Barcarena (DIB) (De Farias, 2023).

Outro fator que permite circunscrever esse município à condição de zona de sacrifício é o fato de ele possuir uma expressiva população tradicional e quilombola, conforme aponta o Censo de 2022 (Lima; Ponte, 2023). Portanto, evidencia-se que a instalação da mineradora ali não foi à toa, pois funda-se na visão de que estas comunidades são inferiores e, assim, podem suportar eventuais danos ambientais.

No conto de Junia Zaidan, verifica-se que o processo de transformação da região em um local inóspito é marcado por conflitos. Ouve-se a voz indignada e embargada de Paulo: “Desgraçados”. Trata-se de uma forma popular de se referir de forma ofensiva aos nossos desafetos ou detratores. Nesse caso, num desabafo, Paulo xinga os responsáveis pelo caos (ainda que não esteja na presença deles). Contudo, do ponto de vista socioeconômico, os verdadeiros desgraçados são as vítimas do derramamento de lixo tóxico, porque foram expulsos do estado de graça em que viviam. Leia-se: um estado de graça que não corresponde aos modelos sugeridos pela economia de consumo.

Os povos ribeirinhos e os povos indígenas descritos no texto são privados das terras e dos meios de subsistência, o que os força a combinar esforços em

“reuniões” junto a grupos políticos, na tentativa de esboçar uma reação. Como retaliação pelo ensaio de alguma resistência, recebem “denúncia e ameaças anônimas”. Ao projetarem suas vozes por meio da imprensa, como ocorre com Dona Salestiana, são coagidos. Acuados pelo silenciamento e desprotegidos pelo Estado, só lhes resta “mendigar” vagas de emprego, como resultado da falta de alternativas.

Nota-se que a destruição de seu território implica a extinção de seu modo de vida, como por exemplo de sua organização do trabalho, o que pode ser analisado pela perspectiva das zonas de sacrifício, conceito que denuncia a visão de paisagens, povos e culturas como descartáveis diante do avanço econômico.

O extrativismo predatório parece, ao final da narrativa, vencer qualquer oposição. Vidas humanas e não humanas são sacrificadas, corpos d’água e outros elementos naturais são contaminados. Nesse contexto, o título do conto, “Rejeito”, pode ser lido como uma expressão do processo de exclusão social e da eliminação das outras espécies que ali habitavam, isto é, estamos diante de uma paisagem (que abriga incontáveis formas de vida) que é rejeitada pelo capital e pelo poder público.

Ao mesmo tempo que “Rejeito” invoca essa rejeição sofrida pelos afetados pela contaminação e também diz respeito à “mancha” dos rejeitos da mineração que macula o meio ambiente, ainda podemos ler no título do conto uma outra mensagem: eu rejeito. Nesse caso, a autora teria manifestado desde a escolha do título sua abjeção a tudo que é narrado no tocante à violência infringida contra os mais fragilizados do ponto de vista socioambiental. Ao lermos o conto, ecoa uma voz subliminar que grita: Eu rejeito!

Se o extrativismo predatório movido pela mineração vulnerabiliza e sacrifica essas regiões, a narrativa ficcional pode, em oposição, ser uma via de repúdio e sensibilização aos efeitos da injustiça social.

Considerações Finais

Neste artigo, propusemos uma leitura do conto “Rejeito”, de Junia Zaidan, lançado na coletânea *Guia Anônima* (2022), que é o primeiro livro de ficção publicado pela autora. O conto tem como pano de fundo uma história real que se passou nas imediações do município de Barcarena, no Pará, em 2018, quando houve um rompimento de barragem de minério que atingiu o rio Murucupi e afluentes, causando destruição do meio-ambiente e impactando a vida na região: a dos humanos e a dos seres da fauna e da flora.

O primeiro elemento que nos chamou a atenção diz respeito ao caráter metalinguístico da narrativa, que se dá na ficcionalização de uma personagem central que tenta escrever um conto sobre a tragédia vivida pelos moradores, qual seja, o estrago promovido pela intoxicação do rio e a violenta repressão sofrida pelos atingidos ao buscarem justiça, culminando na morte de seu companheiro, Paulo. Ou seja, o conto se resume à tentativa de escrita de um relato feito por uma mulher, testemunha ocular da tragédia e vítima do caos. Ela não consegue finalizar sua narrativa, porque o trauma a silencia: o ato de escrever escancara a ferida e presentifica a dor.

Ao situar a história em fatos histórico-temporais reais, Zaidan dá contornos que fazem com que a ficção esteja ancorada na realidade e possa servir de instrumento de reflexão sobre ela. O sofrimento que acomete os personagens está conectado ao declínio induzido de um modo de vida ribeirinho e quilombola e é permeado por marcadores sociais definidos, como os classe, de raça e de gênero. Ao nomear personagens (Paulo, Maria do Socorro, Dona Salestiana), ela os delinea, conduzindo nosso olhar para o singular, isto é, para o sofrimento que é coletivo e individual, ao mesmo tempo.

Para realizar a leitura, buscamos embasamento teórico na Ecocrítica e em estudos sobre Ecologia, procurando alinhar o enredo do texto ficcional a noções como justiça ambiental, colonialismo, zona de sacrifício, mineração e extrativismo no contexto do capitalismo. Com vistas a situar-nos nas discussões da Ecocrítica, foram importantes as leituras de autores como Lawrence Buell

(2005), Carmen Junquera (2010), Jonatas Guimarães (2024). No intuito de compreender o contexto que inspirou o conto, procuramos suporte em de Farias (2023). Para tratar do conceito de justiça ambiental, valemo-nos de Henri Acselrad, Cecília Mello e Gustavo Bezerra (2009), de Rebecca Ballard (2023) e de Reed (2002). Vale mencionar as leituras que nos levaram a observar Barcarena como uma zona de sacrifício, tais como Rodrigo Viégas (2006). Para observar a imbricação entre mineração e ocupação colonialista e capitalista do território, foi importante a leitura de Horácio Aráoz (2009), de Ricardo Gonçalves (2017), de Naomi Klein (2014), de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) e de Jason Moore (2015).

Com a publicação deste texto, esperamos, por meio de um exemplo detido, apresentar reflexões acerca das relações entre a literatura contemporânea brasileira produzida por mulheres e temas ligados ao colapso ambiental e suas repercussões tanto para as comunidades vulneráveis como para formas de vida não humanas atingidas por catástrofes agenciadas pelo extrativismo predatório e toleradas pelo Poder Público. Outrossim, quer-se compreender como a literatura pode funcionar como uma esfera de contestação à desarmonia engendrada pelo ser humano ao explorar o meio ambiente de forma predatória.

Nesse sentido, vale lembrar o questionamento proposto por Reed (2002) há cerca de vinte anos atrás: de que modo questões como o lixo tóxico, envenenamento por chumbo, mineração e rejeitos de urânio, além de questões de saúde ambiental podem ser mais abordadas na literatura e na crítica?

A reflexão de Todorov (2009) sobre o poder da literatura pode lançar luz sobre essa questão. Para ele, ao apresentar diferentes situações, contextos e formas de viver, a literatura provoca um descentramento do nosso olhar e do nosso pensar, permitindo que observemos e compreendamos “o ponto de vista dos outros” (Todorov, 2009, p. 82). Trata-se de um deslocamento benéfico, na medida em que pode sensibilizar-nos para vivências aparentemente distantes e fazer com vivamos (ainda que por meio da imaginação) situações semelhantes.

Quando um leitor identifica-se com as conjunturas retratadas em um conto como “Rejeito”, o cenário que é, em um primeiro olhar, singular, permite uma ligação simbólica com o que é geral, isto é, compartilha-se a experiência humana universal da destruição, do sofrimento, do caos, da injustiça. Em alguma medida, todos nós vivemos cenários de degradação ambiental e, diante da ficção, somos confrontados com a irresponsabilidade humana. Tomando de empréstimo as palavras do crítico francês: “As verdades desagradáveis – tanto para o gênero humano ao qual pertencemos quanto para nós mesmos – têm mais chances de ganhar voz e ser ouvidas numa obra literária do que numa obra filosófica ou científica” (Todorov, 2009, p. 80).

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARÁOZ, Horacio Machado. Auge minero y dominación neocolonial en América Latina: Ecología política de las transformaciones socioterritoriales neoliberales. *In*: CONGRESSO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27., 2009, Buenos Aires; JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 8., 2009, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología; Universidad de Buenos Aires, 2009, p. 1-16. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-062/1107.pdf> Acesso em: 17 jun. 2025.

BALLARD, Rebecca McWilliams Ojala. Environmental Justice. *In*: **Oxford Research Encyclopedia of Literature**. [S. l]: Oxford University Press, 2023. Disponível em: <https://oxfordre.com/literature/display/10.1093/acrefore/9780190201098.001.0001/acrefore-9780190201098-e-1347> Acesso em: 16 jun. 2025.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

BUELL, Lawrence. The Emergence of Environmental Criticism. *In*: BUELL, Lawrence. **The Future of Environmental Criticism: Environmental Crisis and Literary Imagination**. Oxford: Blackwell, 2005, p. 1-28.

DE FARIAS, André Luís Assunção. Impactos e conflitos socioambientais de grandes projetos na Amazônia: até quando Barcarena/PA será uma zona de sacrifício? **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Santa Catarina, v. 20, 12 abr. 2023.

GALVÃO, Julia. Pesquisa revela que o Brasil é o segundo país mais perigoso para ambientalistas no mundo. *Jornal da USP*, São Paulo, 18 out. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/pesquisa-revela-que-o-brasil-e-o-segundo-pais-mais-perigoso-para-ambientalistas-no-mundo/#:~:text=Uma%20pesquisa%20realizada%20pela%20ONG,assassinatos%20ocorreram%20em%20territ%C3%B3rio%20brasileiro>. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 29, p. 38-55, 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/prolam/article/view/133593>. Acesso em: 17 jun. 2025.

GUIMARÃES, Jonatas Aparecido Guimarães. O que critica a ecocrítica?: o humano, o não-humano e o sujeito ambiental. Dossiê literatura e ecocrítica. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 72, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/6tTZF5DXdKzWjV3tWbnjyvy/?lang=pt>. Acesso em 23 jun. 2025

JUNQUERA, Carmen Flys. Literatura crítica y justicia medioambiental. *In: JUNQUERA, Carmen Flys; HENRIQUEZ, José Manuel Merrero; VIGAL, Julia Barella (orgs.). Ecocríticas: Literatura y medio ambiente*. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2010, p. 85-120.

KLEIN, Naomi. Beyond Extractivism. *In: KLEIN, Naomi. This changes everything: capitalism vs. the climate*. Toronto: Alfred A. Knopf Canada, 2014, p. 141-163.

KOPENAWA, Davi; e ALBERT, Bruce. *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*. (Trad. Beatriz Perrone-Moisés). São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

LIMA, José Júlio Ferreira; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. Censo 2022: Região Metropolitana de Belém conta com mais de 3 mil moradores indígenas e 10 mil quilombolas. *Observatório das Metrôpoles*, Rio de Janeiro, 2 nov. 2023. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/censo-2022-regiao-metropolitana-de-belem-conta-com-mais-de-3-mil-moradores-indigenas-e-10-mil-quilombolas/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MOORE, Jason W. The Double Internality: History as if Nature Matters. *In: MOORE, Jason W. Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Londres; Nova York: Verso Books, 2015.

NEWSOM, Carol A. Common Ground: An Ecological Reading of Genesis 2-3. HABEL, Norman C.; WURST, Shirley (Orgs.). *Earth Story in Genesis*. Sheffield: Sheffield Academic Press; Cleveland: The Pilgrim Press, 2000, p. 60-72.

REED, T. V. Toward an environmental justice ecocriticism. *In: ADAMSON, Joni; EVANS, Mei Mei; STEIN, Rachel. The environmental Justice Reader: Politics, Poetics and Pedagogy*. Tucson: The University of Arizona Press, 2002. p. 145-162. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=mBzXDwueJ0cC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&pli=1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 16 de jun. 2025.

TODOROV, Tzvetan. O que pode a literatura? *In*: TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. p. 73-82.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Desigualdade ambiental e “Zonas de Sacrifício”. *In*: UFRJ. IPPUR/UFRJ/FASE. **Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR/FASE, 2006.

WITZEL, Nicollas. Vazamento de rejeitos em Barcarena completa um ano; rio Murucupi está contaminado. *O Globo. Política*, 24 fev. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/vazamento-de-rejeitos-em-barcarena-completa-um-ano-rio-murucupi-esta-contaminado-23477072>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ZAIDAN, Junia. **Guia anônima**. Vitória: FiNA/Cousa, 2022.